

TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

STF – Plenário Virtual – Pauta: 29.10.2021 a 10.11.2021

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 677.725 (Tema 554)

Constitucionalidade do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), previsto no art. 10 da Lei nº 10.666/2003, nos moldes do regulamento promovido pelo Decreto 3.048/99 (RPS), a partir do princípio da legalidade tributária (art. 150, I, CRFB/88).

Relator: Ministro Luiz Fux

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 605.506 (Tema 303)

Constitucionalidade da inclusão do valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente nas operações de venda feitas por fabricantes ou importadores de veículos na base de cálculo presumida fixada para propiciar, em regime de substituição tributária, a cobrança e o recolhimento antecipados, na forma do art. 43 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, de contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) devidas pelos comerciantes varejistas.

Relatora: Ministra Rosa Weber